

## Significado de uma vitória

Luiz Carlos Bresser-Pereira  
*Folha de S.Paulo*, 22.11.04

A maioria dos analistas interpretou os resultados do segundo turno das eleições municipais como uma vitória do PSDB e, portanto, uma derrota do PT. Qual o sentido dessa derrota? Terá sido um sinal de rejeição ao governo Lula? O fato de seu governo haver guinado para a direita e para a ortodoxia econômica convencional terá pesado nos resultados? Como crítico que sou da política macroeconômica do governo (exceto a política fiscal, que apóio), essa interpretação econômica das eleições seria atrativa. Tenho, entretanto, dúvidas de que ela seja verdadeira.

As vitórias do PSDB em São Paulo e de José Fogaça em Porto Alegre - as duas grandes derrotas do PT- são antes vitórias pessoais de dois políticos com uma folha de serviço importante para o país. Em cada cidade as circunstâncias foram diferentes, mas, afinal, impuseram-se os candidatos que souberam projetar uma imagem mais consistente de compromisso com a solução dos problemas da cidade. Os candidatos derrotados não lograram convencer o eleitorado por razões que não estão relacionadas diretamente com a política econômica do PT em nível nacional. Nem estão relacionadas com as críticas da oposição, de falta de espírito democrático, que a sua direção estaria manifestando.

Se há algo do nível federal que pode ter influenciado negativamente os eleitores, é a incompetência administrativa ou gerencial. A reforma da gestão pública paralisou-se, o aparelhamento do Estado por quadros de baixo nível foi generalizado, e, em consequência dos dois fatos, os serviços públicos, particularmente os programas sociais aos quais o presidente deu tanta importância, estão sendo administrados de acordo com padrões de qualidade e eficiência no mínimo insatisfatórios. Nos países avançados, os governos já perceberam que gestão pública eficiente e de boa qualidade faz uma diferença importante nas eleições. No Brasil, essa consciência está ainda limitada ao nível estadual e principalmente municipal. Mas os eleitores em todos os níveis estão cada vez mais conscientes de que têm o direito de receber serviços de melhor qualidade.

O fato, porém, de a política econômica não haver influenciado os resultados das eleições municipais não significa que esse desempenho venha a ser irrelevante daqui a dois anos, quando se travarão as eleições presidenciais. Os eleitores sabem que a política econômica é uma questão nacional que só pode ser resolvida nesse mesmo nível. Nas eleições presidenciais passadas, o argumento que levou o PT à vitória foi econômico. Em 2006, como a economia provavelmente continuará a apresentar elevados níveis de desemprego e os salários reais deverão continuar praticamente estagnados, o grande tema político continuará a ser o da política econômica.

O governo do PT está se sentindo tranqüilo a respeito porque acredita que a economia tenha retomado o caminho do crescimento e por supor que o PSDB -porque, quando esteve no governo, adotou política semelhante à que está adotando- continuará paralisado nessa área. Ora, em primeiro lugar, a "retomada do crescimento" é apenas parcial. Está baseada no aumento das exportações, que se viabilizaram por uma conjuntura internacional favorável (melhoria dos termos de troca) e, principalmente, por uma taxa de câmbio que se depreciou benignamente graças a duas crises.

Por outro lado, se o PT pôde contar com a paralisia do PSDB, incapaz de criticar a política monetária nestes dois primeiros anos de governo, dificilmente poderá contar com a mesma paralisia nos dois últimos anos, e, principalmente, na campanha eleitoral. As eleições são ganhas ou perdidas nas democracias muito mais em razão da coerência e da credibilidade das políticas propostas do que das realizações passadas. Em 2006, as políticas econômicas adotadas entre 1995 e 2002 não amarrarão um candidato do PSDB que tenha uma crítica coerente da política atual e ofereça uma alternativa consistente a ela.

O significado da vitória de José Serra é precisamente esse. É abrir espaço para que o PSDB e, mais amplamente, a oposição rediscutam a política econômica atual com mais liberdade. E para recolocar o problema do emprego no centro do debate político. Na presidência do partido, um papel importante que ele poderá exercer será abrir espaço para esse debate. Será o de fazer o partido e a nação perceberem os fatos novos que exigem novas políticas. As razões que poderiam justificar, nos anos 90, uma política de alta taxa de juros e de baixa taxa de câmbio -particularmente a preocupação com a inflação- não poderão ser mais alegadas em 2006.

Se o PSDB souber aproveitar essa oportunidade, seu candidato será provavelmente uma sólida alternativa de poder. Neste momento, dada a notável administração que vem realizando em São Paulo, Geraldo Alckmin é o candidato natural. Mas ele só logrará consolidar essa posição se souber aliar a prudência e o equilíbrio, que o caracterizam, a uma mensagem de mudança na política econômica. Mais amplamente se os eleitores puderem perceber que, afinal, deixamos para trás o problema da inflação e que o país conta agora com uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Hoje, na oposição, o PSDB está sem discurso político -tão sem discurso como o PT no governo. Na falta dele, o que há, hoje, no plano político é apenas a prática da submissão à ortodoxia convencional externa e a crença equivocada de que a inflação continua a ser o principal item da agenda nacional. Mas, como se viu em São Paulo, é possível construir um novo discurso -um discurso que atenda às novas demandas nacionais. Para isso, será necessário aliar a liderança adequada ao reconhecimento do

fato novo fundamental -o de que, hoje, o grande problema que o país enfrenta é o desemprego.